

O consenso ficou para depois

Lula deixa polêmica sobre Programa Nacional de Direitos Humanos de fora da primeira reunião do ano

BRÁSILIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu ontem, primeiro dia de retomada da agenda oficial após dez dias de férias, a equipe de coordenação política do governo para discutir os planos do governo federal para 2010. Apesar da polêmica sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado pelo governo no final do ano passado, o assunto não foi discutido por Lula durante a reunião tendo em vista que os ministros Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e Nelson Jobim (Defesa), principais figuras da crise instalada por causa das diretrizes previstas no programa, sequer participaram do encontro. Segundo interlocutores que estiveram na reunião, Lula teria adiado a discussão sobre o tema.

Os dois ministros não costumam participar da reunião de coordenação e o presidente também não os convidou para a de ontem. Lula deve se reunir com eles nos próximos dias para discutir o impasse, e a expectativa é que o presidente volte a enquadrar os ministros para que estes não troquem farpas publicamente.

O ministro da Justiça, Tarso Genro (Justiça), outro que tradicionalmente participa das reuniões de coordenação política e também é constantemente envolvido nas discussões sobre a punição para agentes da ditadura militar, um dos pontos mais nevrálgicos do programa, não esteve presente no encontro por estar de férias. Além de Tarso, os ministros Guido Mantega (Fazenda) e Paulo Bernardo (Planejamento) também não participaram da reunião de coordenação por estarem de recesso de suas



José Cruz/ABR

SEM PRESSA – Lula deve se reunir com ministros nos próximos dias

atividades no Executivo.

A polêmica sobre o Programa de Direitos Humanos teve início no final do ano passado, quando os comandantes do Exército, general Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, ameaçaram pedir demissão caso Lula não revogasse o trecho do programa que cria a Comissão da Verdade para apurar torturas e desaparecimentos durante o regime militar (1964–1985). Vannuchi, por outro lado, também ameaça entregar o cargo se Lula recuar no teor do programa. Nos bastidores, a expectativa é de que Lula ceda às pressões da área militar e evite manter no programa qualquer item que possa afrontar a atual lei de anistia. Segundo interlocutores do Palácio do Planalto, Lula já estaria convencido de que a questão da punição para torturadores agora está nas mãos do Supremo Tribunal Federal.

Ontem, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Gui-

lherme Cassel, voltou a defender o programa que, entre outras medidas, sugere alterações nos procedimentos para o cumprimento de reintegrações de posses de áreas invadidas. Cassel disse que não entende a reação de “setores localizados” ao PNDH-3, já que a proposta, segundo ele, foi amplamente discutida e assinada por todos os ministérios.

– Eu defendo o plano. É correto. Especialmente nas questões rurais, pois todas as suas ações induzem a soluções negociadas para se resolver os conflitos – declarou Cassel, reafirmando que o Ministério da Agricultura, pasta comandada por um dos críticos do programa, Reinhold Stephanes, também deu o aval para as medidas que o plano prevê para o setor rural. – A informação que eu tenho é a de que existe, sim, uma assinatura do secretário-executivo do Ministério da Agricultura. (Com agências)